

O marxismo e a fé em *Cartas da prisão*, de Frei Betto

Wilson Barreto Fróis¹

“Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência.”

(Karl Marx)

“O mal não está para ser compreendido, mas para ser combatido.”

(Leonardo Boff)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar uma das cartas do livro *Cartas da prisão, 1969 a 1973*, de Frei Betto, escrito no período da ditadura civil-militar, 1964-1985. O texto, simultaneamente de valor jornalístico e estético, traz uma mensagem humanística e libertária que harmoniza os princípios da fé cristã e postulados de Karl Marx e firma-se como um instrumento importante de reflexão sobre a sociedade brasileira, numa de suas fases mais obscuras. O artigo, para desenvolver a sua argumentação, além da publicação mencionada, apoia-se em textos de Leonardo Boff, Amoroso Lima, dentre outros.

Palavras-chave: Cartas. Frei Betto. Prisão. Fé. Marxismo.

1. Panorâmica preliminar

Cartas da Prisão, de Frei Betto, registram e iluminam um dos momentos mais sombrios da história do Brasil, o da ditadura instaurada a partir de 1964. Produzidas no próprio cárcere, uma vez que o seu autor fora vítima do mencionado regime autoritário, tais epístolas significam, segundo Lima, “um dos mais altos documentos de autenticidade humana e beleza literária que jamais se escreveram no Brasil (LIMA, 1976).”

O conteúdo do texto, escrito de forma criativa, ultrapassa o trivial da carta para promover uma rica discussão em que antropologia, filosofia e teologia dialogam entre si. A estrutura é a da carta, mas a natureza do discurso, deixando evidente uma dicção religiosa, extrapola o gênero. Em consequência disso, surge um desconforto em tentar reduzir *Cartas da prisão* ao gênero que dá nome aos textos de Frei Betto. O trabalho reflexivo do texto sobre a sociedade contemporânea

¹ Mestre em Literaturas de Língua Portuguesa pela PUCMinas, doutorando em Literaturas de Língua Portuguesa pela mesma instituição e professor do ensino médio da Escola Estadual Chaves Ribeiro.

lembra o gênero da crônica, numa dimensão, às vezes, mais artística do que jornalística. A poesia, assim, manifesta-se:

No mundo em que vivemos é assim: normal é o homem amar uma pessoa; quem ama duas é imoral; quem ama mais de três é subversivo. Ao primeiro, abençoam; ao segundo, censuram; ao terceiro, prendem ou matam. Mas quem pode derrotar um homem que ama desinteressadamente? (BETTO, 2008, p. 237).

Sua produção, dessa forma, oscila entre a carta e a crônica; e a arte torna-se instrumento da verdade.

A obra, assim, estrutura-se cronologicamente: *Cartas de 1969*, *Cartas de 1970*, *Cartas de 1971*, *Cartas de 1972* e *Cartas de 1973*. As três primeiras produções, como preso político; as duas últimas, como preso comum. O registro completo representa, pois, a fase de encarceramento do então estudante de teologia, preso em novembro de 1969.

Antes de fixar-se no tema central do trabalho, a parceria entre ideias marxistas e princípios cristãos, julga-se oportuno fazer um breve percurso sobre a mencionada obra. Logo no seu início (primeira carta), é patente uma certa atitude de paciência com a situação de preso, o que lembra Graciliano em *Memórias do cárcere*. Assim, reflete Frei Betto: “Esse período não é um hiato em minha vida, é o seu prosseguimento normal; sei que passo por uma importante experiência.” (BETTO, 2008, p. 13) Como o mestre alagoano, refuta o privilégio no cárcere: “Não peço nem espero regalias. Quero ter o mesmo tratamento dos demais presos. Este é meu dever como cristão.” (BETTO, 2008, p. 18).

O fato de estar fora da prisão oficial não garante, necessariamente, a condição de ser livre. Como Graciliano, relativiza a liberdade: “De fato, nenhum de nós é livre nesse contexto. Uns mais, outros menos, somos todos vítimas dessa sociedade de consumo, onde o principal é o lucro financeiro.” (BETTO, 2008, p. 23).

Ainda cotejando a expressão do escritor Graciliano com a do Frei Betto, pode-se perceber que ambos, curiosamente, viram algo de positivo no encarceramento. O primeiro relata que a experiência da prisão lhe deu um rico material para a sua literatura, o segundo confessa algo similar: “Certamente meu ano mais rico e surpreendente, vivido com mais intensidade.” (BETTO, 2008, p. 69). Posição reafirmada na carta de 01.01.1973: “Tem sido uma magnífica experiência a convivência com esses condenados pelos mais diversos crimes.” (BETTO, 2008, p. 208).

Como o autor de *São Bernardo*, Frei Betto, em suas cartas, expõe o autoritarismo exacerbado do regime. As mesmas prisões do Estado Novo, da ditadura Vargas, repetem-se na

ditadura civil-militar (1964-1985), como se pode comprovar na carta de 3 de novembro de 1970: “[...] padre Hélio, sacramentino, recentemente condenado a 14 meses por causa de um sermão do dia 7 de setembro, quando afirmou que o Brasil não é um país independente.” (BETTO, 2008, p. 69).

A condição adversa de presidiário não é capaz de raptar-lhe o senso de humor. Assim, o singular relator confessa, numa carta de 5 de dezembro de 1972: “Queridos manos C. e D. / Lamento não poder comparecer à sua formatura ‘por motivo de força maior’” (BETTO, 2008, p. 202). Em outra de 1º. de março de 1973, aproveita-se da sua erudição para brincar com a realidade: “Lavoisier (inventor do almoço comercial, em bar onde nada se perde, tudo se transforma), Victor Hugo (um miserável!).” (BETTO, 2008, p. 213).

Embora ainda muito jovem, demonstra uma sólida formação que permite a inserção do texto epistolar em diversas áreas do conhecimento com agudo senso crítico, o que valoriza a participação do leitor. Para ilustrar tal atitude, sobre Monteiro Lobato, o autor declara na sua carta de 21 de março de 1973:

Conheci a cela em que estive preso há anos, quando revelou que no Brasil existia petróleo. Naquela época era proibido falar a verdade. O petróleo continuou enterrado e o Lobato foi internado. Depois soltaram os dois. Mas até hoje o petróleo ‘não é muito’ (dizem); e em cada esquina se encontra um posto Esso, Atlantic, Texaco etc. (BETTO, 2008, p. 216).

Outro traço positivo do perfil do autor é a ética do seu registro, fruto de um notável humanismo. Na sua carta de 23 de junho de 1970, denuncia a grave omissão da sua própria igreja em relação ao holocausto:

Quando isso for contado no futuro, uma pergunta ficará: e a Igreja, não disse nada? Digo isso não para que venha em nossa defesa, mas porque é sua obrigação defender os direitos da pessoa humana, promover os pobres, combater as (riscado pela censura do presídio). Esta pergunta paira ainda sobre a Alemanha, onde 6 milhões de judeus foram dizimados sem que ‘ninguém visse’ (BETTO, 2008, p. 52).

Também não poupa a famosa ‘democracia’ grega. Sobre a referida civilização Frei Betto assinala: “Atenas tinha, no esplendor de sua ‘democracia’, 20 mil homens livres vivendo à custa do trabalho de 400 mil escravos.” (BETTO, 2008, p. 208).

A fé cristã que sustenta esse humanismo tem um perfil definido: o da luta pela transformação social. Sem essa prática, a primeira se torna vazia. Tal visão, na carta de 21 de março de 1970, ele não omite:

[...] cada um vê com os óculos que tem. Os meus focam a dimensão social e política da mensagem cristã; portanto, é natural que sinta certa insatisfação diante de movimentos que ainda não parecem ter ultrapassado uma vivência cristã, onde o pessoal se integra com o social, e o moral permanece desligado do político. (BETTO, 2008, p. 219).

Suas cartas fazem, assim, uma avaliação da própria função clerical. Assume, portanto, um perfil pedagógico, papel do qual o autor não se furta.

Essa dimensão em que a fé cristã não se desvincula da atuação na sociedade será discutida em maior detalhe na parte seguinte deste trabalho. Para elucidar melhor a percepção dessa prática transformadora, far-se-á uma análise do discurso da carta “Fevereiro de 1972, Presídio Tiradentes, cela 17” (BETTO, 2008, p. 118-121).

2. O marxismo e a fé em harmonia

Após uma breve panorâmica das epístolas de Frei Betto, far-se-á uma análise sobre o texto da carta mencionada anteriormente, que chama a atenção pela convivência harmoniosa entre as teorias marxistas e os princípios cristãos em que o autor acreditava.

A mencionada relação, historicamente, tem sido tensa e conflituosa. O fato de nomes de referência do marxismo, como Lenin, Engels e o próprio Marx, afirmarem-se como materialistas ou ateus, dificultou muito a aproximação entre cristãos e marxistas. O apego à realidade material por estes e o foco na vida espiritual por parte daqueles fortaleceu essa dicotomia que se mantém até nossos dias.

Além disso, para facilitar a convivência entre a Igreja e o sistema político, muitas autoridades do clero preferiram, propositadamente, refutar as análises científicas que questionam e expõem as causas da pobreza e da injustiça social. Uns, inclusive, cinicamente ou não, asseguravam que tais condições são da vontade Divina. E, assim, a Igreja fazia seu trabalho de conversão dos fiéis, da salvação eterna, pregava o assistencialismo aos pobres, sem jamais interferir em qualquer sistema que os oprimia.

No entanto, na Igreja, em especial na católica, surgiram movimentos que procuraram extrapolar o simples papel de salvador das almas para buscar a salvação dos corpos, combatendo com veemência os mecanismos de opressão humana. Para isso, sem abrir mão dos princípios religiosos, cristãos, buscaram apoio em métodos de análise da sociedade, como os marxistas, por

exemplo, para melhor compreender a sociedade e buscar alternativas para promover a dignidade humana.

E, assim, a partir da década de 1960, começa um diálogo entre cristianismo e marxismo, a partir da convergência verificada em ambos: a defesa da dignidade dos mais desfavorecidos ou dos trabalhadores. Uma nova postura de setores da igreja se impõe: a fé cristã, articulada com a atuação política.

No Brasil, Frei Betto e vários outros religiosos se identificaram com essa atitude transformadora. Na prática, tornou possível a aproximação da fé em Deus com os métodos marxistas, sem prejuízo da natureza do discurso cristão e do discurso científico. Em entrevista a Paulo Margaria, publicada em 2012, o mencionado autor deixa bem evidente a demarcação entre marxismo e fé, quando afirma: “A fé não é uma ideologia e o marxismo não é uma fé. (...) Para nós, o marxismo era um método de análise, não um dogma, não um catálogo de crenças.” (BETTO, 2015a).

O autor de *Cartas da prisão* entende que o ideal da vida cristã é o da partilha, da comunhão. Nessa percepção não há privilégio para a propriedade privada, para a exploração e para a desigualdade social, situações profundamente criticadas pelos postulados marxistas. Dessa forma, admite que ambas as correntes de pensamento se aproximam e, em sua essência, convergem para o mesmo sentido: a vida em comunidade.

Nos textos de Frei Betto em questão, percebe-se, pois, a presença e a convivência de ambos os discursos sem nenhuma tensão entre eles. A carta referida representa um exemplar perfeito dessa coabitação harmoniosa entre as concepções marxistas e os princípios cristãos.

Nessa carta, assim Frei Betto observa o homem no universo da história:

Vemos o estado imperial sagrado dar lugar às monarquias profanas; a república e a democracia inaugurarem-se sob o veredicto popular; o socialismo impor-se como ditadura de uma classe majoritária. Vemos o feudalismo, o mercantilismo e o capitalismo se sucederem na vida dos povos. (BETTO, 2008, p. 118).

Em trecho subsequente: “Na sociedade tribal, os homens vivem em função da subsistência, produzem apenas o suficiente para o consumo. [...] A terra é propriedade comum da tribo.” (BETTO, 2008, p. 119) Assim, o leitor toma conhecimento da relação que a sociedade estabelecia com a terra no passado. A reflexão termina por enriquecer o exercício da interlocução com o texto, valorizando o trabalho de recepção do mesmo.

Aprofundando a análise anterior, Frei Betto, a seguir, descreve sobre a organização social no que se refere à atividade econômica:

A agricultura sedentariza a tribo, faz surgir nela a divisão social do trabalho. Enquanto na comunidade anterior todos caçavam e pescavam, das crianças ao mais velho, agora surgem novas formas de organização social: crianças e mulheres dedicam-se à colheita; jovens guerreiros defendem as plantações e o rebanho; (...) A sociedade se organiza segundo a maneira pela qual exerce sua atividade produtiva. (BETTO, 2008, p. 119).

Prossegue a sua análise, deixando patente a dicção religiosa: “Daí o trabalho ser uma atividade sagrada, pela qual o ser humano participa da Criação Divina – apodera-se do mundo que lhe foi entregue e transforma o mundo natural em mundo humano.” (BETTO, 2008, p.119). A mencionada elocução cristã não negligencia o discurso marxista, quando critica a própria igreja, instituição a que ele mesmo pertence, afirmando que ela era a maior latifundiária da Idade Média e que “graças ao trabalho excedente dos camponeses e suas famílias os mosteiros se expandiram.” (BETTO, 2008, p. 120).

A seguir, a crítica profunda ao sistema capitalista, característica do marxismo, manifesta-se: “Até o capitalismo, as pessoas que produziam os bens necessários à vida material, com exceção dos escravos, eram donas dos seus instrumentos de produção.” (BETTO, 2008, p. 121). Na sua expressão, evidencia o conceito da ‘mais-valia’ de Karl Marx:

Se a quantidade mínima de mercadorias de que o trabalhador necessita equivale a três horas de trabalho diário, e se de fato ele trabalha oito, significa que trabalha cinco horas de graça para o patrão – é deste trabalho excedente que o empregador retira sua maior fonte de lucro e consegue expandir seu capital. (BETTO, 2008, p.121).

Inseridos no universo do capital, até mesmo os religiosos, na sua visão, transformaram-se: “Os teólogos condenavam o juro. Os teólogos atuais aceitam que se cobre uma taxa de juros.” (BETTO, 2008, p. 120). E, assim, o sistema capitalista é visto como negativo, uma vez que legitima a exploração dos trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção e da matéria-prima.

A argumentação que faz a carta transitar para a crônica se sustenta pelos postulados marxistas e pelos princípios cristãos, sem que nenhuma concepção perca a sua identidade. Sobre a omissão da igreja em relação ao sistema capitalista, afirma:

Se concordamos com esse raciocínio, então todo o nosso esquema pastoral e a nossa teologia passarão por uma profunda modificação. Como procurar o Reino de Deus e sua justiça sem denunciar o mecanismo de exploração? (...) As leis existem de acordo com os

interesses da classe que detém o poder. E não existem leis para coibir abusos da burguesia, reduzir sua taxa de lucro, controlar o aumento de seu capital. (BETTO, 2008, p. 121).

Essa nova visão teológica, embora não declarada por Frei Betto, converge em relação ao movimento que surgiu na igreja católica nos anos 1970, a Teologia da Libertação, cujo ícone no Brasil foi e continua sendo Leonardo Boff. A percepção desta reafirma a visão de Frei Betto, como se pode observar nesta reflexão de Boff: “Uma teologia que silencia diante da tragédia dos milhões de famélicos e condenados a morrer antes do tempo, não tem nada a dizer sobre Deus ao mundo.” (BOFF, 2011, p. 2). Com a mesma visão de Frei Betto, viam no assistencialismo e no paternalismo mecanismo de ajuda, mas não de libertação.

A Teologia da Libertação interpreta os ensinamentos de Cristo em termos de uma libertação de injustas condições, políticas ou sociais. Seus adeptos, como os integrantes da JEC (Juventude Estudantil Católica), vertente da Ação Católica, da qual Frei Betto fez parte, foram perseguidos pelos políticos e até pela cúpula da igreja. No Chile e na Argentina, por exemplo, padres que optaram pelos pobres saíram da igreja. Mais recentemente, o próprio papa Bento XVI, chegou a definir a Teologia da Libertação como ‘falsificação da fé cristã.’²

Essa nova teologia, similar à fé vinculada à ação política de Frei Betto, enfrentando fortes resistências, conferiu, inquestionavelmente, um novo componente ao trabalho pastoral: o caráter ético, devolvendo, na visão de Leonardo Boff, à teologia ‘dignidade e relevância.’

Retomando, especificamente, a análise crítica da carta de Frei Betto, percebe-se que esta também se estende ao aparelho midiático, quando sobre o sistema capitalista “nos faz acreditar que este é o melhor dos mundos e que, por isso, devemos querer preservá-lo, ter paciência, pois as desigualdades sociais serão, com o tempo, devidamente solucionadas.” (BETTO, 2008, p. 121). Na visão do autor de *Cartas da prisão*, o regime do capital se sustenta ideologicamente pelos meios de comunicação, o que ocorre até a atualidade.

Esta carta, assim como várias outras, materializa o discurso da aliança entre a fé e a política, no sentido firme de defesa dos direitos humanos, sobretudo dos menos favorecidos. Seu texto, que oscila entre o jornalismo e a literatura, se coloca como instrumento de luta pela justiça, pela liberdade, pela construção de uma sociedade melhor, como já fizeram vários expressivos nomes da literatura de língua portuguesa: Agostinho Neto, Luandino Vieira, Eça de Queirós, Lima Barreto, Jorge Amado, Graciliano Ramos, dentre outros.

² Após sua renúncia em 2013, o papa emérito Bento XVI, em entrevista, registrada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, de 07 de março de 2014, justificou seu combate à Teologia da Libertação por meio do argumento de que a fé cristã era usada como motor por esse movimento revolucionário, que se transformou numa verdadeira força política.

3. Considerações finais

Um fator que sobressai na expressão de Frei Betto é o da mediação. Seu pensamento, sua prática, espelhados em suas cartas, demonstram a conciliação entre elementos supostamente conflitantes. O discurso de viés materialista, científico, coabita pacificamente com o discurso religioso nas suas epístolas. A convivência é produtiva para ambas, ciência e religião, conforme ele mesmo declara:

Afinal, a ciência é capaz de fazer a religião refletir, enquanto a religião é capaz de trazer uma contribuição ética, de valores e de subjetividade à ciência. Sempre preservando a autonomia de cada campo, mas, sabendo que na vida das pessoas eles se complementam, não são totalmente distintos. (FONTE NOVA, 2014, p. 91).

O tom conciliador que emana dos seus textos evidencia aquele que, por natureza, soube bem fazer esse trabalho de aproximação. Não é por acaso que o autor de *Cartas da prisão* promoveu a aproximação entre a Igreja Católica e o governo cubano nas décadas de 1980 e 1990.

Outro fator a ressaltar é o equilíbrio, a lucidez, articulados com o sentimento de justiça, que permanecem firmes no intelectual da atualidade, quatro décadas depois. Sobre o atual contexto brasileiro, quando se discutia o papel da ‘Comissão da Verdade’, afirmou:

Em um governo presidido por uma mulher que sofreu torturas e prisão, não se pode pedir à nação para compactuar com assassinos e seus cúmplices, que insistem na paz dos cemitérios. Há, sim, que projetar muita luz sobre o passado. (BETTO, 2015b, p. 3)

Inquestionavelmente, a visão crítica do jovem preso pela ditadura civil-militar também continua incólume nos textos do cronista Frei Betto dos nossos dias em jornais de circulação nacional.

Assim, equilíbrio, beleza, mediação, espontaneidade, aliados a um acentuado senso crítico, são marcas de uma obra que se torna indispensável para a compreensão de um dos mais obscuros períodos de nossa história. Além disso, destaca-se por trazer consigo uma mensagem que não se conforma com a organização social e política que vilipendia expressiva parcela da humanidade e que, além disso, jamais desiste da edificação de um mundo em que a dignidade humana se imponha como um valor essencial.

ABSTRACT

This article aims to analyze one of the letters gathered in the volume *Cartas da prisão, 1969 a 1973*, by Frei Betto, written in the period of the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). The text, source of both aesthetic and journalistic value, expresses a message of humanism and freedom that harmonizes with the principles of the Christian faith and the postulates of Karl Marx and offers important instrument of reflection about Brazilian society, in one of its most obscure historical periods. This article, in order to develop its argument recurs, as theoretical basis, not only to the aforementioned text, but also to works by Leonardo Boff, Amoroso Lima, among others.

Keywords: Letters. Frei Betto. Prison. Faith. Marxism.

Referências

- BETTO, Frei. **A fé não é uma ideologia e o marxismo não é uma fé**. Entrevista concedida a Paulo Margaria. Disponível em: WWW.ihu.unisinos.br/noticias/508900-a-fe-nao-e-uma-ideologia-e-o-marxismo-nao-e-uma-fe-entrevista-com-frei-betto- Acesso em: 08 jan. 2015a.
- BETTO, Frei. Mortos insepultos. **Brasil de Fato**. São Paulo, 15 a 21 de janeiro de 2015b, p. 3.
- BETTO, Frei. **Cartas da prisão, 1969 a 1973**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- BOFF, Leonardo. **Quarenta anos da Teologia da Libertação**. Disponível em: [HTTPS://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/](https://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/). Acesso em: 09 fev. 2015.
- FONTE NOVA, Bia. A ciência é o reino da dúvida. **Ecológico**, Belo Horizonte, n. 72, p. 88-91, agosto 2014.
- GODOY, Marcelo. Bento XVI diz que Teologia da Libertação foi seu primeiro ‘desafio’. In: O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 7 mar. 2014. Disponível em: http://sao-paulo-estadao.com.br/noticias/geral_bento Acesso em 8 jan. 2015.
- LEE, Anna. A crônica jornalística como lugar de resistência subjetiva ao golpe de 64. **Gândara**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 17 a 27.
- LIMA, Alceu Amoroso. Síntese de verdade e beleza In: BETTO, Frei. **Cartas da prisão, 1969 a 1973**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes Históricas. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, p. 67-68